



NESTA EDIÇÃO:

As Principais Iniciativas de Defesa dos Direitos Fundamentais em 2017

2

O Novo Painel de Indicadores Sociais da União Europeia

3

Conclusões e Propostas do Relatório de 2017 na UE

3

70.º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos

4

“O Pilar Europeu dos Direitos Sociais representou um importante passo em frente no sentido de uma maior igualdade, demonstrando dessa forma que a Europa é muito mais do que um mercado. É uma União que define e protege os seus valores.”

Věra Jourová

Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia

Síntese do relatório 2017

Desde 2010, a Comissão Europeia publica um relatório anual sobre a aplicação dos direitos e liberdades fundamentais dispostos na Carta dos Direitos Fundamentais.

O relatório anual monitoriza os progressos nas áreas em que a UE (União Europeia) tem poderes para agir, mostrando como a Carta foi tida em conta em casos reais, nomeadamente quando é proposta nova legislação.

O relatório anual baseia-se nas ações das instituições da UE, na análise de cartas do público e petições do Parlamento Europeu.



Fonte: COM(2018) 396 final

No preâmbulo do Relatório Anual de 2017 quanto à aplicação dos Direitos Fundamentais da UE pode ler-se que a União Europeia é uma "união de valores". Esta União está consagrada no artigo 2.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE) e alicerçada em três pilares distintos: os Direitos Fundamentais; a Democracia e o Estado de direito.

No relatório é referido ainda que, a Carta dos Direitos Fundamentais da UE não é facultativa. O seu texto é vinculativo para as instituições da UE, bem como para os Estados-Membros, quando os mesmos aplicam o direito da UE.

Os direitos fundamentais aplicam-se a todos, respeitá-los é pois fundamental para garantir que a UE seja um lugar onde as pessoas possam prosperar, gozar as suas liberdades e viver a sua vida sem discriminação.

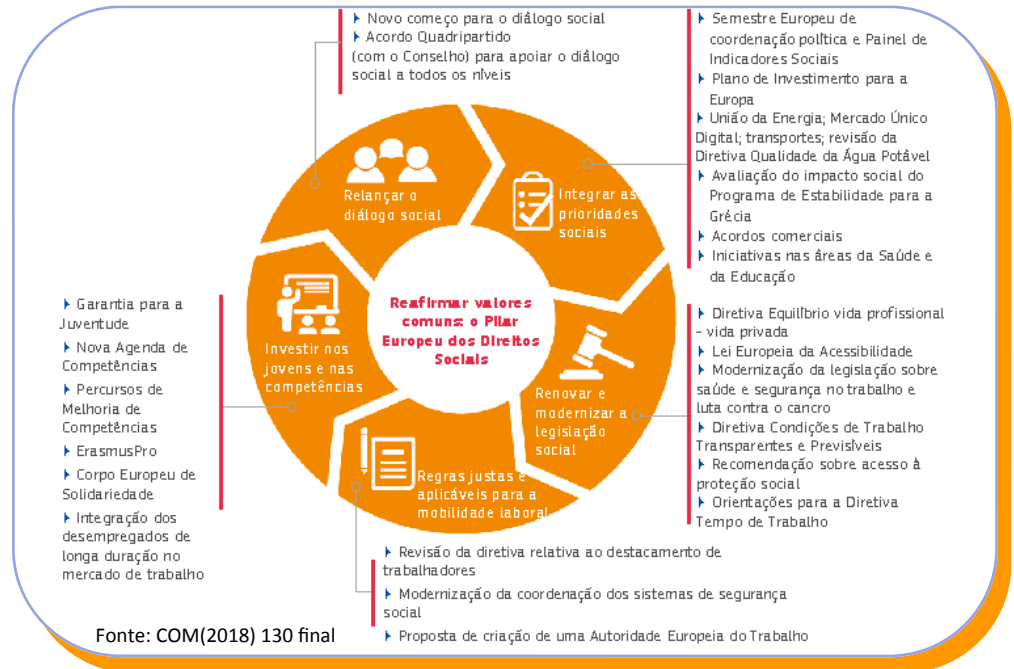
No âmbito do Pilar dos Direitos Europeus, **Věra Jourová**, Comissária Europeia da Justiça, Consumidores e Igualdade de Género referiu que: “*Continuaremos a trabalhar, incessantemente, para defender os direitos fundamentais, o Estado de direito e os valores democráticos na nossa União.*»

Pilar Europeu dos Direitos Sociais

O Pilar Europeu dos Direitos Sociais foi concebido enquanto referência para um processo renovado de convergência em torno de melhores condições de vida e de trabalho na União Europeia. Foi proclamado conjuntamente pelo Parlamento Europeu, o Conselho e a Comissão a 17 de novembro de 2017, na Cimeira Social de Gotemburgo para o Emprego Justo e o Crescimento. Este Pilar estabelece 20 princípios e direitos fundamentais para a igualdade de oportunidades e o acesso ao mercado de trabalho, condições de trabalho justas, proteção social e inclusão social. A Comissão está igualmente empenhada em apoiar os Estados-Membros, os parceiros sociais e as organizações da sociedade civil na aplicação do Pilar Europeu dos Direitos

Sociais, aos níveis nacional, regional e local.

A Comissão integrou as prioridades sociais em todas as áreas de intervenção, reconhecendo plenamente a dimensão social da sua ação. O Pilar dos Direitos Sociais tem sido o principal motor para atualizar e completar a legislação da UE, sempre que tal se revela necessário. **O Gráfico ilustra** as principais iniciativas da Comissão na esfera social e do emprego.



“O Pilar dos direitos Sociais tem sido o principal motor para atualizar e completar a legislação da UE, sempre que tal se revela necessário no domínio das áreas sociais.”

As Principais Iniciativas de Defesa dos Direitos Fundamentais em 2017

De entre as principais iniciativas de defesa dos direitos podemos destacar as seguintes:

Continuar a apoiar a democracia e a sociedade civil - O relatório anual de 2017 salienta a necessidade de renovar o apoio à democracia, a importância da sociedade civil e os desafios que esta enfrenta atualmente. O apoio à sociedade civil está incluído, de forma bem visível, no quadro financeiro plurianual, tendo sido adotado, em 30 de maio de 2018 um novo Fundo para a Justiça, os Direitos e os Valores.

Promover os direitos sociais - O relatório revela alguns progressos nos domínios dos direitos sociais, em virtude da adoção do Pilar Europeu dos Direitos Sociais e respetivas medidas de acompanhamento, que incluem iniciativas destinadas a garantir um melhor equilíbrio entre a vida profissional e a vida familiar para as pessoas com responsabilidades a nível de prestação de cuidados. A Comissão propôs garantir condições de trabalho mais previsíveis e transparentes, em especial para os trabalhadores em formas de emprego atípicas, tais como os contratos zero horas ou à chamada.

Combater a discriminação contra as mulheres - A assinatura, pela UE, da Convenção de Istambul para a prevenção e o combate à violência contra as mulheres constitui um passo importante. Mas, não menos importante, é assegurar a sua rápida ratificação pela UE. A Comissão apresentou igualmente um plano de ação para lutar contra a desigualdade salarial entre homens e mulheres.

Proteger as crianças migrantes - A Comunicação sobre a proteção das crianças no contexto da migração apresentou ações urgentes a executar a nível nacional e da UE, a que se seguiram as conclusões do Conselho em junho de 2017. A Comissão criou a Rede Europeia dos Organismos de Tutela para facilitar a cooperação entre as autoridades nacionais.

Combater a discriminação e o racismo – Neste capítulo a Comissão reforçou a sua cooperação com

as empresas de tecnologia e informação (TI), as autoridades nacionais e as organizações da sociedade civil a fim de garantir que os discursos de incitação ao ódio em linha sejam rapidamente identificados e apagados e apoiou os Estados-Membros nos seus esforços para intensificar a aplicação da legislação da UE em matéria de crimes de ódio, acesso à justiça, proteção e apoio às vítimas.

Melhorar o acesso à justiça e vias de recurso eficazes - Na sequência da sua Comunicação «Melhores resultados através de uma melhor aplicação», a Comissão apoiou os Estados-Membros nos seus esforços para intensificarem a aplicação do direito da UE em benefício dos indivíduos e das empresas. A Comissão propôs recomendações específicas por país para ajudar os Estados-Membros a melhorarem os seus sistemas judiciais.

O Novo Painel de Indicadores Sociais da União Europeia

Marianne Thyssen, Comissária responsável pelo Emprego, Assuntos Sociais, Competências e Mobilidade Laboral, declarou “O crescimento está de volta à Europa. O emprego na UE atingiu o seu nível mais elevado de sempre, com mais de 236 milhões de pessoas ativas. A taxa de desemprego, por seu turno, está a diminuir de forma constante. É altura de tirar o máximo partido desta dinâmica económica positiva e dar substância aos novos direitos mais eficazes que estabelecemos no Pilar Europeu dos Direitos Sociais: condições de trabalho justas, igualdade de acesso ao mercado de trabalho e proteção social adequada.

É tempo de assegurar que todos os cidadãos e trabalhadores beneficiam desta evolução positiva do mercado de trabalho.”

O projeto de Relatório Conjunto sobre o Emprego inclui o novo Painel de Indicadores Sociais para acompanhar os desempenhos em áreas cruciais abrangidas pelo Pilar, como, por exemplo, o abandono escolar precoce, a taxa de desemprego dos jovens ou o impacto das transferências sociais na redução da pobreza. Estes indicadores fornecem elementos úteis sobre a situação concreta e permitem fazer comparações no tempo e entre países. O painel de avaliação e as respetivas bases estatísticas continuarão a ser desenvolvidos com o apoio dos Estados-Membros.

serve de quadro de referência para **acompanhar os progressos** na perspetiva de um «tríplice A social»

permite uma **avaliação comparativa** dos melhores **desempenhos** e da **convergência**

abre, em certas áreas, possibilidades de **comparar** os desempenhos da UE com outros **intervenientes internacionais**

desempenha um papel essencial na divulgação de **dados e informações quantitativas** sobre o Semestre Europeu

foi discutido nos **comités** relevantes para o Semestre Europeu e utilizado pela primeira vez em 2018 no **Relatório Conjunto sobre o Emprego**. Será desenvolvido de forma mais aprofundada na perspetiva do relatório de 2019.

O Painel de Indicadores Sociais comporta 35 indicadores sociais, da educação e do emprego (incluindo repartição por idade, sexo e habilitações) agrupados em 3 dimensões e 12 domínios.

- Igualdade de oportunidades e acesso ao mercado de trabalho**
 - Educação, competências e aprendizagem ao longo da vida
 - Igualdade de género no mercado de trabalho
 - Igualdade de rendimento
 - Risco de pobreza e exclusão social
 - Juventude
- Mercados de trabalho dinâmicos e condições de trabalho justas**
 - Estrutura de população ativa (taxas de emprego e desemprego)
 - Políticas do mercado de trabalho
 - Rendimento e salários
- Apoio do Estado, proteção social e inclusão social**
 - Impacto das políticas públicas na redução da pobreza
 - Educação e acolhimento na primeira infância
 - Cuidados de saúde
 - Acesso e competências digitais

Fonte: COM(2018) 130 final

20 Princípios do Pilar

- 01—Educação, formação e aprendizagem ao longo da vida
- 02—Igualdade de género
- 03— Igualdade de oportunidades
- 04—Apoio ativo ao emprego
- 05—Emprego seguro e adaptável
- 06—Salários
- 07—Informações sobre as condições de emprego e proteção no despedimento
- 08—Diálogo social e participação dos trabalhadores
- 09—Equilíbrio entre a vida profissional e a vida privada
- 10—Ambiente de trabalho são, seguro e bem adaptado e proteção dos dados
- 11—Acolhimento e apoio a crianças
- 12—Proteção social
- 13—Prestações por desemprego
- 14—Rendimento mínimo
- 15—Prestações e pensões de velhice
- 16—Cuidados de saúde
- 17—Inclusão das pessoas com deficiência
- 18—Cuidados de longa duração
- 19—Habitação e assistência para as pessoas em situação de sem abrigo
- 20—Acesso aos serviços essenciais.

Conclusões e Propostas do Relatório de 2017 apresentado pela Comissão Europeia sobre a Carta dos Direitos Fundamentais na UE

O Relatório salienta que apesar de 2017 ter sido um ano de desafios no domínio dos direitos fundamentais, as estruturas e instrumentos que existem para garantir que os direitos consagrados pela Carta sejam efetivamente respeitados têm funcionado bastante bem. Exemplo disto foi a proclamação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais em novembro de 2017 que se traduziu em mais um passo no sentido de mais igualdade e justiça social e menos exclusão. Cabe pois aos Estados-Membros concretizar os objetivos do Pilar, trabalhando com os parceiros sociais e a sociedade civil. As instituições da União têm o papel de ajudar a definir o

“Em 2018 continuará a ser essencial promover o respeito e a defesa dos direitos fundamentais, do Estado de direito e da democracia, incluindo o apoio a uma sociedade civil livre e dinâmica.”

Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP)

Ministério do Trabalho,
Solidariedade e Segurança

Praça de Londres, n.º 2,
1049 – 056 Lisboa
PORTUGAL

Tel: 211 155 000
Correio eletrónico:
gep@gep.mtsss.pt

Estamos na Web

www.gep.mtsss.gov.pt

quadro. É dado como exemplo a apresentação da proposta de diretiva relativa a condições de trabalho transparentes e previsíveis na União Europeia pela Comissão Europeia. Pretende-se assim complementar as obrigações existentes e criar novos padrões mínimos para dar a todos os trabalhadores e trabalhadoras, mais previsibilidade e clareza quanto às suas condições de trabalho (Artigo 31 da Carta). A promoção dos direitos sociais é uma parte fundamental das reformas estruturais que visam fomentar a justiça social e a igualdade. A Comissão acompanhou de perto os esforços dos Estados-Membros para melhorar e aumentar a participação das mulheres no mercado de trabalho e combater a discriminação de determinados grupos, designadamente da população cigana, lutar contra a segregação na escola escolar e promover reformas educativas inclusivas. Isto mostrou que alguns Estados-Membros ainda enfrentam desafios para incluir as crianças ciganas na educação geral inclusiva de alta qualidade e na integração dos jovens ciganos no mercado de trabalho. O relatório centrou-se no Colóquio anual de 2017 sobre os direitos fundamentais, que foi consagrado ao tema «Direitos das mulheres sob ataque». A Comissão comprometeu-se a adotar uma série de medidas que vão da inclusão dos direitos das mulheres e da igualdade de género na ordem do dia ao mais alto nível político até ao financiamento de projetos locais.

O Colóquio anual de 2018 sobre os direitos fundamentais será consagrado ao tema «Democracia na UE» e terá lugar entre 26 e 27 de novembro. Constituirá uma oportunidade para reafirmar um dos valores fundamentais da UE, a participação democrática, livre e aberta.

Em 2018 continuará a ser essencial promover o respeito e a defesa dos direitos fundamentais, do Estado de direito e da democracia, incluindo o apoio a uma sociedade civil livre e dinâmica.

70.º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos

No âmbito do 70.º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas, que se assinala este ano, a Comissão Europeia afirmou que continuará a envidar esforços para proteger e promover os direitos fundamentais.

A Comissão está a colaborar com as autoridades competentes a nível nacional, local, e da UE, a fim de informar melhor sobre os direitos fundamentais e sobre os organismos suscetíveis de recurso em caso de violação desses direitos. A Comissão fornece igualmente informações práticas sobre o exercício destes direitos através do Portal Europeu da Justiça e instituiu um diálogo com os provedores de justiça, os organismos que se ocupam das questões de igualdade e as instituições de proteção dos direitos humanos sobre o tratamento das queixas relativas à violação dos direitos fundamentais.



Versão integral do Relatório disponível em:

https://ec.europa.eu/info/sites/info/files/aid_development_cooperation_fundamental_rights/1_en_act_part1_v4_2.pdf